

## Os discursos do Conselho Internacional de Arquivos e a construção da memória social

*The discourses of the International Council on Archives and the construction of social memory*

Eliezer Pires da Silva<sup>1</sup>

Caroline Lage Soares Lessa<sup>2</sup>

### Resumo:

Este artigo analisa os discursos do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e seu impacto na construção da memória social. A pesquisa investiga como as diretrizes do CIA sobre gestão, preservação e acesso a arquivos influenciam a conformação das narrativas históricas e a consolidação de práticas democráticas. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa baseada na análise documental e na análise do discurso de linha francesa. Os resultados indicam que os discursos arquivísticos do CIA não são neutros, mas refletem relações de poder e valores ideológicos que orientam a seleção, organização e acesso aos documentos. Conclui-se que o trabalho arquivístico desempenha um impacto central na mediação da memória coletiva, destacando-se a necessidade de uma reflexão crítica sobre as normas e diretrizes internacionais e suas implicações para o acesso aos arquivos e a justiça social.

**Palavras-chave:** arquivos; Conselho Internacional de Arquivos; memória social; análise do discurso; acesso à informação.

### Abstract:

This article analyzes the discourses of the International Council on Archives (ICA) and their impact on the construction of social memory. The research investigates how the ICA's guidelines on records management, preservation, and access influence the shaping of historical narratives and the consolidation of democratic practices. To this end, a qualitative approach is adopted, based on documentary analysis and the French school of Discourse Analysis. The results indicate that ICA's archival discourses are not neutral but reflect power relations and ideological values that guide the selection, organization, and access to documents. It is

---

<sup>1</sup> Arquivista (2006) e especialização em História do Brasil (2011) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciência da Informação (2009) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no convênio estabelecido com a UFF. Doutor em Memória Social (2013) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É arquivista do Arquivo Nacional desde 2006, e professor efetivo do Departamento de Arquivologia da UNIRIO, a partir de 2010, atuando na graduação em Arquivologia desde 2008, no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos desde 2013, no Programa de Pós-Graduação em Memória Social desde 2019. E-mail: eliezerpires@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisa sobre o arquivista e sua relevância na preservação da memória. Atualmente, é bolsista da Fiocruz, atuando na preservação digital de acervos arquivísticos. E-mail: carolinelage@id.uff.br

concluded that archival work plays a central role in mediating collective memory, highlighting the need for critical reflection on international norms and guidelines and their implications for archival access and social justice.

**Keywords:** archives; International Council on Archives; social memory; discourse analysis; access to information.

## 1 Introdução

Os arquivos desempenham um papel essencial na construção da memória social, funcionando como testemunhos documentais de eventos, decisões e acontecimentos que moldam a história de uma sociedade. Neste contexto, surge a necessidade de investigar como os discursos do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) influenciam a conformação da memória social. O presente estudo parte da seguinte questão de pesquisa: de que maneira o discurso do CIA sobre o trabalho arquivístico afeta a construção de memórias coletivas e a consolidação de práticas democráticas em diferentes sociedades?

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar criticamente as diretrizes do CIA, buscando compreender como seus discursos influenciam as práticas arquivísticas e a constituição da memória social. Para tanto, serão abordados conceitos fundamentais de memória social, análise do discurso e arquivologia, estabelecendo conexões entre esses campos do conhecimento.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e na análise do discurso. Os seis documentos do CIA selecionados para análise foram escolhidos por sua relevância na padronização do acesso e da gestão da informação arquivística. São eles: **Princípios de Acesso aos Arquivos (2012)**, **Princípios de Acesso aos Arquivos com Restrições (2014)**, **ISAD(G) – Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística (2001)**, **ISAAR(CPF) – Norma Internacional sobre Registros de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (2004)**, **ISDIAH – Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (2008)** e **ISDF – Norma Internacional para Descrição de Funções (2008)**. Esses documentos, disponíveis em português na *internet*, foram escolhidos por sua influência em diferentes tradições arquivísticas nacionais ao redor do mundo.

As principais referências teóricas que fundamentam esta pesquisa incluem os estudos de Paul Ricœur (2007) sobre memória e narrativa, Pierre Nora (1993) e seu conceito de “lugares de memória”, e Jacques Le Goff (1990), que explora a relação entre história e memória. Além disso, considera-se a abordagem de Michel Pêcheux (1997) sobre a análise do discurso e as

reflexões de Terry Cook (1997) sobre a arquivologia pós-moderna, que desafia a ideia de neutralidade arquivística. Esses autores oferecem uma base conceitual para compreender as interseções entre memória, discurso e arquivologia, fornecendo subsídios para a análise das diretrizes do CIA.

A estrutura do artigo está organizada em quatro seções principais, além desta introdução. A primeira seção explora o conceito de memória social, suas dinâmicas e implicações na preservação de documentos arquivísticos. Em seguida, apresenta-se a abordagem da análise do discurso, ressaltando sua aplicabilidade na compreensão dos enunciados institucionais. Na terceira seção, examinam-se os discursos do CIA, com foco nas diretrizes sobre gestão, preservação e acesso a arquivos. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa e discutem as implicações dos discursos analisados para a construção da memória social.

## **2 Memória social**

O conceito de memória social emergiu no âmbito das ciências sociais a partir das contribuições de Maurice Halbwachs, que cunhou a expressão "memória coletiva" para designar a construção social das lembranças e sua relação com os grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem (Halbwachs, 2006). Para esse autor, a memória não pode ser compreendida isoladamente, pois é sempre influenciada pelos espaços sociais e pelas relações interpessoais. Assim, as lembranças individuais são constantemente moldadas pelas interações dentro de um grupo, consolidando uma memória coletiva que dá sentido ao passado compartilhado.

Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem a nossa maneira de ver que nos espantaríamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós. "Já tínhamos pensado nisso": nós não percebemos que não somos senão um eco. Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmos, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz (Halbwachs, 2006, p. 47).

Halbwachs sugere que há uma dinâmica inconsciente de apropriação do pensamento coletivo, em que certas ideias atravessam tão fortemente com a nossa visão de mundo que sequer percebemos toda essa influência acontecendo, e que as ideias na verdade não são

originalmente nossas, onde a unicidade é, na verdade, uma construção influenciada por múltiplas fontes externas.

Nesse contexto, Thiesen (1997) argumenta que as práticas discursivas dentro das instituições atuam como mediadoras na seleção e transmissão das lembranças consideradas relevantes para a manutenção de uma determinada narrativa histórica. Essa mediação institucional reflete uma dinâmica de poder, pois envolve decisões sobre o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido.

Essas práticas discursivas, segundo Thiesen, são movimentos que descrevem a realidade. Elas são construídas de forma ativa, com o objetivo de moldar percepções, valores e até mesmo a verdade socialmente aceita. Essa concepção está longe da noção simplória – e até mesmo ingênua – de que a linguagem é uma ação neutra, utilizada por indivíduos e instituições apenas para a comunicação. A linguagem deve ser vista como um instrumento de poder, que faz parte da criação das realidades sociais, participando diretamente da construção da memória coletiva. Ao selecionar o que é narrado, silenciado ou celebrado, as instituições definem o presente, mas também o passado que será legado às futuras gerações.

A memória social, assim, não é um repositório fixo de recordações, mas um processo dinâmico permeado por disputas de poder e por uma seleção entre lembrar e esquecer, sendo que o esquecimento não é considerado uma perda, mas também é visto como uma forma de poder, que é frequentemente utilizado em função de silenciar histórias e identidades que não estão alinhadas com os discursos dominantes, conforme enfatiza Gondar (2016). Essa perspectiva dialoga com a noção de "lugares de memória" proposta por Pierre Nora (1993), segundo a qual esses espaços emergem como resposta ao temor do esquecimento e marcam um esforço coletivo de preservação de identidades e valores compartilhados. No contexto arquivístico, os acervos e documentos preservados materializam esses lugares de memória, influenciando diretamente a maneira como a memória social é construída e acessada.

Pollak (1992) reforça que a memória e a identidade são indissociáveis, pois os indivíduos constroem sua própria identidade em referência aos outros e aos discursos dominantes dentro de uma sociedade. Dessa forma, as memórias institucionais, especialmente aquelas ligadas a espaços simbólicos como museus e arquivos, tornam-se campos de disputa entre diferentes atores sociais. Esse aspecto é fundamental na análise dos discursos arquivísticos, que frequentemente reforçam ou contestam narrativas históricas dominantes. A memória institucional, ao ser consolidada nos arquivos, influencia a compreensão da história, pois determina quais eventos são legitimados e quais são silenciados.

No contexto contemporâneo, observa-se uma crescente influência da mídia na forma como determinados eventos são recordados ou esquecidos. Huyssen (2000) destaca que, na era da comunicação em massa, a memória é constantemente reconfigurada por narrativas midiáticas, tornando essencial o estudo dos discursos que contribuem para sua formação. Essa influência também se reflete nas práticas arquivísticas, uma vez que os documentos preservados podem ser utilizados para legitimar versões específicas da história. Os arquivos, portanto, não são neutros, mas sim locais onde ocorrem embates entre diferentes versões da memória coletiva.

Além de ser transmitida por registros oficiais e instituições de preservação, a memória social também se expressa por meio da oralidade, dos rituais, das práticas cotidianas e das representações artísticas, são essenciais na continuidade e transformação das narrativas identitárias. O modo como um grupo lembra ou esquece certos acontecimentos é atravessado por disputas simbólicas, já que uma memória pode ser utilizada para consolidar pertencimentos ou para excluir exclusões justificativas. Assim, não há uma única no passado, mas múltiplas camadas de significação, muitas vezes atravessadas por afetos, versões e experiências subjetivas e lutas.

Michael Pollak (1992), reforça que a memória está intrinsecamente relacionada à identidade social. Para o autor, a identidade individual e coletiva se estruturam a partir das lembranças compartilhadas, que fornecem coerência e continuidade à experiência dos sujeitos. No entanto, essa identidade é constantemente reelaborada, pois as memórias sofrem transformações à medida que novos discursos emergem e determinadas lembranças são ressignificadas ou apagadas. Essa característica da memória social evidencia a importância dos arquivos enquanto espaços onde essas disputas são registradas, influenciando a maneira como diferentes grupos se apropriam do passado e constroem sua identidade no presente (Pollak, 1992). Muitas vezes, há tentativas de apagar ou distorcer registros históricos para minimizar responsabilidades ou evitar confrontos com um passado doloroso. No entanto, a memória social também pode funcionar como um mecanismo de resistência, garantindo que experiências traumáticas não sejam esquecidas e que as lições do passado sejam utilizadas para evitar a repetição de injustiças.

Nesse sentido, os arquivos são importantes em relação à preservação da memória das vítimas e na promoção da justiça e da reparação. Documentos, testemunhos, imagens e registros institucionais podem fornecer evidências concretas sobre as violações sofridas, ajudando a reconhecer e validar o sofrimento de indivíduos e comunidades. Arquivos de comissões da verdade, processos judiciais e relatos de sobreviventes tornam-se fontes essenciais para reconstruir os eventos, dar visibilidade às vítimas e responsabilizar os repressores.

Além de fornecer evidências sobre as revelações do passado, os arquivos também são ativos na construção de uma cultura de memória. Ao garantir o acesso à informação e permitir a reinterpretação do passado, eles possibilitam que sociedades enfrentem suas memórias dolorosas de forma transparente e comprometida com a justiça. Museus de memória, muitas vezes baseados em arquivos históricos, são importantes na educação pública e na construção de uma cultura de direitos humanos. Assim, os arquivos preservam a memória dos traumas coletivos, e também contribuem para a construção de sociedades mais justas e conscientes de sua história.

Essa dupla função dos arquivos - preservar e reinterpretar o passado - dialoga diretamente com a distinção apresentada por Aleida Assmann (2021) ao diferenciar a memória funcional da memória cumulativa. A memória funcional está atrelada ao presente, sendo mobilizada para reforçar identidades e valores de um grupo. Já a memória cumulativa constitui-se como um arquivo de informações e registros que, mesmo não sendo acionados constantemente, podem ser resgatados para reconfigurar a memória social. Dessa forma, os arquivos desempenham um papel duplo: enquanto podem servir à legitimação de narrativas dominantes, também oferecem subsídios para a reinterpretação crítica da história. Assim, a tensão entre lembrança e esquecimento não ocorre apenas nos discursos sociais, mas se materializa nos próprios acervos documentais e nas políticas de preservação e acesso aos arquivos (Assmann, 2021).

Ricoeur (2007) destaca que os arquivos são espaços de disputa, pois envolvem tanto a preservação quanto a exclusão de determinados registros. Dessa forma, a arquivística não é apenas uma prática técnica, mas também um processo de construção narrativa, no qual determinados eventos são documentados enquanto outros são marginalizados ou apagados. Isso se alinha às preocupações com o papel do CIA, cujas diretrizes moldam a forma como os documentos são organizados e acessados, influenciando a memória coletiva.

Os arquivos são essenciais na preservação da memória social e, consequentemente, na construção e reconstrução de identidades. Como repositórios de documentos, imagens e registros, os arquivos fornecem evidências concretas que ajudam a reforçar ou contestar narrativas sobre o passado. Eles possibilitam que indivíduos e grupos acessem informações que sustentam sua identidade, seja por meio de registros familiares, documentos históricos ou fontes institucionais. Dessa forma, os arquivos garantem a continuidade da memória, e permitem revisões e novas interpretações da história, fundamentais para processos de reconhecimento e ressignificação identitária.

Jacques Derrida (2001), em “Mal de Arquivo”, aprofunda a noção de que o arquivo é, ao mesmo tempo, um dispositivo de conservação e de repressão. Para o autor, a própria estrutura do arquivo impõe um controle sobre a memória coletiva, pois sua organização implica critérios que determinam quais documentos são acessíveis e quais permanecem ocultos. Isso reforça a ideia de que a memória social é sempre uma construção ideológica, refletindo relações de poder e disputas simbólicas dentro de uma sociedade. Assim, a atuação de instituições como o CIA precisa ser analisada criticamente para compreender seu impacto na formação de narrativas históricas e identitárias.

Não devemos começar distinguindo o arquivo daquilo a que o reduzimos frequentemente, em especial a experiência da memória e o retorno à origem, mas também o arcaico e o arqueológico, a lembrança ou a escavação, em suma, a busca do tempo perdido? Exterioridade de um lugar, operação topográfica de uma técnica de consignação, constituição de uma instância e de um lugar de autoridade (o arconte, o arkheion, isto é, frequentemente o Estado e até mesmo um Estado patriárquico ou fratriárquico), tal seria a condição do arquivo. Isto não se efetua nunca através de um ato de anamnese intuitiva que ressuscitaria, viva, inocente ou neutra, a originalidade de um acontecimento (Derrida, 2001, p. 07-08).

A seleção que acontece dentro do arquivo gera mudanças no que está sendo arquivado, já que o que foi classificado como importante é o resultado de regras, podendo ser elas o reflexo de valores e interesses de quem possui poder. Sendo assim, não se pode caracterizar o arquivo como um exato retrato do passado, mas sim algo que foi construído e é interpretado por indivíduos seguindo normas. No entanto, apesar dessa construção seletiva, os arquivos também têm o poder de ajudar na promoção da pluralidade de vozes na construção da identidade coletiva.

Os arquivos desempenham um papel essencial na construção da memória social e, conseqüentemente, na construção e reconstrução de identidades. Como repositórios de documentos e imagens, os arquivos têm a pretensão de fornecer evidências concretas para reforçar ou contestar narrativas sobre o passado. Eles possibilitam que indivíduos e grupos acessem informações que sustentam sua identidade, seja por meio de registros familiares, documentos históricos ou fontes institucionais. Dessa forma, os arquivos não apenas sustentem continuidade da memória, mas também permitem revisões e reinterpretções da história, fundamentais para processos de reconhecimento e ressignificação identitária.

Terry Cook (2018), faz uma crítica onde inicialmente traz o questionamento a dita neutralidade que a visão tradicional defende. O autor mostra uma outra face das práticas de seleção, organização e descrição sendo elas, na verdade, atos interpretativos carregados de

intencionalidade, sugerindo que os arquivistas devem se impor de forma mais crítica e consciente sobre o impacto dos arquivos, reconhecendo que suas escolhas influenciam a construção do passado no presente. Cook fala sobre ir além da gestão técnica dos documentos e entender qual o contexto social e político das práticas arquivísticas.

Se não cabe aos arquivistas avaliar, adquirir e descrever como documentos arquivísticos principalmente aqueles que são do interesse de historiadores e outros usuários (como defendiam Schellenberg e seus sucessores); se os arquivistas se sentem pouco à vontade em admitir que o produtor documental capaz de decidir corretamente sobre quais documentos devem ser preservados, fora do estreito âmbito necessário para atender às obrigações legais e responsabilidades a curto prazo de determinada agência (como recomendava Jenkinson), então, o que lhes compete fazer? As respostas e as abordagens alternativas vieram da Alemanha, Estados Unidos e Canadá. Levando em conta que os arquivos devem refletir de modo mais global a sociedade que os produz, essas novas "abordagens sociais" exploram novos conceitos da teoria e metodologia arquivísticas. Tal perspectiva representa uma mudança fundamental no discurso arquivístico, o qual, abandonando a visão estatista, passa a refletir a sociedade a que o Estado deve servir: Agora, pode-se dizer que os arquivos são do povo, para o povo e, em geral, pelo povo (Cook, 2018, p.38-39).

Os arquivos funcionam como um lugar de resistência e memória, especialmente em cenários de autoritarismo e apagamento histórico. Em tempos de repressão, censura e tentativas de silenciamento, os arquivos se tornam guardiões de documentos, testemunhos e registros que narram histórias de luta, opressão e conquistas sociais, garantindo que gerações futuras tenham acesso a relatos sobre movimentos sociais e conquistas democráticas, assegurando que essas memórias sirvam como base para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Além de preservar o passado, os arquivos têm uma função ativa na construção do presente e do futuro, fornecendo subsídios para pesquisas, políticas públicas e reflexões sobre a sociedade. A memória social, quando preservada e promovida por meio dos arquivos, orienta processos de justiça e reposição histórica. Dessa forma, a memória social, preservada e promovida por meio dos arquivos, resgata o passado, orienta o presente e projeta um futuro mais justo e igualitário.

Portanto, ao considerar o impacto do discurso institucional do CIA na construção da memória social, este estudo busca compreender como as diretrizes arquivísticas moldam a forma como determinados eventos são lembrados ou esquecidos. A análise da relação entre memória, discurso e arquivologia permite evidenciar o lugar dos arquivos na mediação da memória coletiva e na consolidação de práticas de cidadania e justiça histórica. Assim,



compreender a articulação entre memória social e o fenômeno arquivístico é fundamental para refletir sobre os desafios contemporâneos na construção da memória coletiva.

**Quadro 1** - Memória social e o fenômeno arquivístico.

Conceito	Autor	Principais ideias	Relação com o fenômeno arquivístico
<b>Memória Coletiva</b>	Halbwachs (2006)	A memória é socialmente construída e influenciada por grupos e interações sociais.	Os arquivos funcionam como repositórios da memória coletiva, registrando e preservando lembranças.
<b>Mediação Institucional</b>	Thiesen (1997)	As instituições selecionam e transmitem lembranças para construir narrativas históricas.	Arquivos podem reforçar ou contestar discursos históricos por meio da curadoria documental.
<b>Memória dinâmica</b>	Gondar (2016)	A memória não é fixa, mas permeada por disputas e seleções entre lembrar e esquecer.	Os acervos arquivísticos refletem essas disputas, registrando e omitindo eventos.
<b>Lugares de Memória</b>	Pierre Nora (1993)	Espaços físicos ou simbólicos que preservam a identidade cultural e histórica.	Arquivos são considerados lugares de memória, estruturando a identidade coletiva.
<b>Memória e Identidade</b>	Pollak (1992)	A identidade individual e coletiva é construída a partir das lembranças compartilhadas.	Arquivos documentam memórias institucionais, sendo palco de disputas identitárias.
<b>Memória Cumulativa</b>	Assmann (2021)	A memória cumulativa armazena registros históricos.	Arquivos podem tanto legitimar narrativas dominantes quanto permitir reinterpretações críticas.
<b>Arquivos e disputas</b>	Ricoeur (2007)	Arquivos preservam e excluem registros, moldando narrativas históricas.	O controle arquivístico influencia quais memórias são lembradas ou esquecidas.
<b>Arquivo e Poder</b>	Derrida (2001)	O arquivo é tanto um mecanismo de conservação quanto de repressão da memória.	A organização e o acesso aos documentos refletem relações de poder e disputas simbólicas.

Fonte: elaborado pelos autores.

### 3 Análise do discurso de linha francesa

A Análise do Discurso de vertente francesa, formulada por Michel Pêcheux na década de 1960, propõe uma perspectiva teórica que considera os discursos como produtos das relações históricas, sociais e ideológicas que permeiam a linguagem (Pêcheux, 1995). Essa abordagem rompe com a análise estruturalista da linguística saussuriana, argumentando que o discurso é mais do que a simples combinação de signos; ele constitui um espaço de luta simbólica e de disputa pelo sentido.

Para Orlandi (2009), o discurso deve ser compreendido como uma prática que mobiliza não apenas as regras gramaticais da língua, mas também os contextos de produção e os efeitos de sentido que emergem em cada situação comunicativa. A autora, assim como Pêcheux,

também acredita que o sentido não está fixo nas palavras, mas é resultado de um processo de interpretação mediado por memórias discursivas, que são construídas por discursos do passado que estão presentes, de forma implícita ou explícita. Não se trata de uma memória individual, mas de uma memória social e histórica que se materializa na linguagem, influenciando a produção e a interpretação dos sentidos.

Gregolin (2007) acrescenta que o discurso jornalístico, por exemplo, carrega marcas ideológicas que influenciam a percepção dos fatos pelos leitores, contribuindo para a construção de determinadas versões da realidade. Sendo assim, a Análise do discurso não é um simples exercício de interpretação de textos, mas uma ferramenta para desvendar os mecanismos pelos quais a linguagem ajuda na construção de subjetividades e memória. O foco está no caráter político do discurso, onde o que é falado, intencionalmente ou não, se torna objeto de investigação crítica.

A AD também trabalha com o conceito de "formações discursivas", que, segundo Pêcheux (1995), correspondem às estruturas que determinam o que pode ou não ser dito dentro de determinado contexto histórico. Dessa forma, o discurso é atravessado por relações de poder que estabelecem quais enunciados são legitimados e quais são marginalizados. Essa discussão encontra eco nos estudos de Foucault (2005), que compreende o arquivo como um sistema de enunciabilidade que define os limites do discurso em um determinado momento histórico.

Se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio” vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (Pêcheux, 1995, p. 161).

Sendo assim, os sujeitos falam a partir de uma posição dentro de uma formação discursiva, sendo esta posição ideologicamente determinada. O discurso deixa de ser um campo neutro de combinação de signos, como sugerido pela análise estruturalista da linguística saussuriana, em que a língua é vista e entendida como um sistema autônomo. Em vez disso, o discurso se torna um espaço de luta simbólica, onde visões de mundo são negociadas.

A relação entre discurso e memória também é explorada por essa vertente da Análise do Discurso. Orlandi (2007) explica que a memória discursiva se refere à circulação de enunciados retomados ao longo do tempo, ressignificados e utilizados para sustentar diferentes argumentos. Derrida (2001), em *Mal de Arquivo*, reforça essa perspectiva ao argumentar que os arquivos

não são neutros, pois envolvem mecanismos de poder que determinam quais memórias serão preservadas e quais serão suprimidas.

O arquivo está submetido a hierarquias de poder que decidem quais discursos merecem ser conservados e quais serão excluídos da memória nacional, que segundo a Halbwachs (2006) é a forma mais completa de uma memória coletiva, uma pontuação que Pollak (1989) demonstra discordar, quando aponta uma adulteração e seleção, onde memórias são selecionadas e oprimidas, o que contribui para que a memória nacional seja algo forjado. Sendo assim, esse processo dinâmico de ressignificação dos discursos acontece dentro dos limites que são estabelecidos pelo arquivo. Dessa forma, o arquivo tem o poder de controlar as possibilidades da memória discursiva através de suas ações sobre acesso, preservação e gestão, podendo reforçar certas vozes e silenciar outras, em um jogo de forças sobre o domínio dessas vozes.

No contexto arquivístico, a Análise do Discurso permite compreender como determinados documentos se tornam referências centrais, enquanto outros são desconsiderados ou classificados como irrelevantes. Pêcheux (1995) aponta que as formações discursivas operam dentro de estruturas ideológicas, indicando que a seleção e a organização dos documentos em um arquivo não são processos neutros, mas carregam marcas ideológicas que definem a narrativa oficial sobre o passado.

A AD também permite identificar como as identidades sociais e institucionais são construídas por meio do discurso. Mariani (1996) aponta que a mídia desempenha um papel central nesse processo, pois molda a historicidade dos eventos e influencia a forma como o público os compreende. Essa dinâmica é especialmente relevante quando analisamos como eventos são narrados por diferentes atores sociais.

Influenciado por Althusser, Pêcheux argumenta que a ideologia interpela os sujeitos, determinando sua posição nos processos discursivos (Althusser, 1985). Essa perspectiva também incorpora as contribuições da psicanálise lacaniana, que compreende o sujeito como fragmentado e constituído no jogo de significantes (Lacan, 1999).

A articulação entre memória social e Análise do Discurso permite compreender como as lembranças são construídas, disputadas e ressignificadas ao longo do tempo. O discurso desempenha um papel central nesse processo, pois é por meio dele que construções de memória são empreendidas ou contestadas em diferentes contextos sociais. Assim, a memória social e a AD oferecem ferramentas essenciais para analisar a dinâmica da construção do passado no presente.

A AD permite identificar a dimensão ideológica dos discursos nos arquivos, revelando como certas interpretações do passado são construídas e legitimadas. Os discursos arquivísticos

Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 81-105, jan./jun. 2025

são atravessados por ideologias que influenciam a seleção e a representação dos eventos históricos. Dessa forma, a Análise do Discurso francesa contribui para a compreensão crítica dos arquivos não apenas como espaços de armazenamento, mas como campos de disputa onde diferentes agentes sociais competem pela imposição de sentidos.

#### **4 Discursos do Conselho Internacional de Arquivos**

O Conselho Internacional de Arquivos desempenha um papel essencial na promoção e no desenvolvimento da arquivística em nível global. Criado em 1948, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, seu objetivo é estabelecer diretrizes comuns para a gestão de documentos, garantindo a integridade e acessibilidade dos acervos arquivísticos. Desde então, o CIA tem fomentado a cooperação entre instituições, estabelecido normas técnicas e incentivado boas práticas na área, consolidando-se como um órgão fundamental para o fortalecimento das políticas arquivísticas em diversos países.

O impacto do CIA vai além da esfera técnica, influenciando políticas públicas e promovendo a profissionalização da arquivologia em nível mundial. A criação de padrões internacionais e o incentivo à adoção de boas práticas têm sido fundamentais para consolidar a arquivística como disciplina e campo profissional. Contudo, a organização enfrenta desafios, como a adaptação às novas tecnologias da informação, a crescente demanda por transparência na gestão de documentos e as complexidades associadas à preservação digital.

A seguir estão as subseções que reúnem as sequências discursivas que configuram o corpus desta pesquisa, fundamentadas nas referências teóricas da memória social e da análise do discurso. Partindo da perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, compreendemos os discursos como construções atravessadas por relações históricas, sociais e ideológicas, que se materializam em diferentes enunciados sobre a gestão de documentos e o acesso à informação. Dessa forma, ao examinar as formulações discursivas extraídas de documentos institucionais e normativas arquivísticas, buscamos evidenciar os processos de significação que sustentam determinadas políticas e práticas na preservação e na difusão da memória coletiva.

Assim, a análise das sequências discursivas aqui apresentadas permite compreender os mecanismos de poder subjacentes à organização, seleção e disponibilização de documentos, contribuindo para a reflexão crítica sobre as políticas arquivísticas e sua relação com a democratização do conhecimento.

#### 4.1 Princípios de Acesso aos Arquivos (2012)

No centro das discussões sobre a gestão de documentos e a preservação da memória social, o documento Princípios de Acesso aos Arquivos, adotado pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2012, estabelece diretrizes para garantir a acessibilidade e a transparência no uso de acervos arquivísticos. Elaborado após um extenso processo de consulta global, esse documento orienta a formulação de políticas e normativas sobre a liberação ou restrição de documentos, consolidando um padrão internacional de boas práticas arquivísticas.

Os princípios adotados refletem uma preocupação com a democratização do acesso aos documentos públicos, promovendo o direito à informação e à participação cidadã. Entre os aspectos destacados, encontra-se a necessidade de garantir o acesso mais amplo possível aos arquivos, respeitando, no entanto, restrições impostas por legislações nacionais e políticas institucionais. Nesse sentido, a sequência discursiva extraída do documento enfatiza que “os arquivistas têm a responsabilidade profissional de promover o acesso aos arquivos” (Conselho Internacional de Arquivos, 2012, p. 14). Esse trecho evidencia o papel ativo dos arquivistas na mediação entre a documentação e o público, reforçando a importância de estratégias para a disseminação da informação.

A relação entre transparência e restrição de acesso também é abordada no documento, reconhecendo que determinadas informações devem ser protegidas, mas que sua existência não deve ser ocultada. Nesse contexto, uma sequência discursiva relevante destaca que “os usuários têm o direito de saber da existência ou da destruição de uma série específica, dossiê, item ou parte de um item, mesmo que seu uso esteja vedado” (Conselho Internacional de Arquivos, 2012, p. 14). Tal afirmação evidencia o compromisso com a integridade de fontes para estudos retrospectivos, impedindo que a ausência de informações inviabilize a reconstrução de narrativas históricas.

Outro ponto essencial apresentado pelo documento refere-se à necessidade de uma abordagem proativa dos arquivistas para garantir a acessibilidade aos acervos. Para isso, é fundamental que sejam utilizados diversos meios de divulgação, incluindo plataformas digitais e publicações institucionais. Conforme expresso em uma sequência discursiva do documento,

Os arquivistas têm a responsabilidade profissional de promover o acesso aos arquivos. Eles divulgam informação sobre os arquivos utilizando vários meios, como a internet e publicações na web, documentos impressos, programas públicos, meios comerciais e outras atividades de alcance (Conselho Internacional de Arquivos, 2012, p. 14).

Esse trecho sublinha a importância da visibilidade dos arquivos e do fortalecimento da cultura de acesso.

Embora restrições possam ser justificadas por motivos legais ou éticos, o documento ressalta que essas limitações devem ser temporárias e sujeitas à revisão. Uma sequência discursiva representativa desse princípio afirma que “as restrições são impostas por legislação ou por política institucional, mas devem ser limitadas em abrangência e duração” (Conselho Internacional de Arquivos, 2012, p. 16). Tal perspectiva reafirma a necessidade de equilibrar a proteção de informações sensíveis com a responsabilidade de garantir a futura acessibilidade dos documentos.

Além da gestão da informação, o documento reconhece a importância dos arquivos na promoção da justiça social, especialmente no contexto de violações de direitos humanos. Assim, um dos princípios destacados estabelece que “as vítimas de crimes graves segundo as leis internacionais têm o direito de conhecer a verdade sobre as violações” (Conselho Internacional de Arquivos, 2012, p. 16). Essa sequência discursiva ressalta a função dos arquivos como instrumentos de reparação histórica e reconhecimento da memória de grupos marginalizados.

#### **4.2 Princípios de Acesso aos Arquivos com Restrições (2014)**

A publicação Princípios de Acesso aos Arquivos: orientação técnica para gestão de arquivos com restrições, lançada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2014, representa um aprofundamento das diretrizes estabelecidas no documento de 2012. Elaborado pelo Comitê de Boas Práticas e Normas e pelo Grupo de Trabalho sobre Acesso, esse material visa fornecer parâmetros técnicos para a implementação de políticas de restrição, garantindo o equilíbrio entre a transparência e a proteção de informações sensíveis.

Ao iniciar o documento, o ICA apresenta algumas questões já tratadas nas diretrizes publicada em 2012 de Princípio de acesso aos arquivos, e, umas dessas reafirmações é a importância do acesso amplo aos arquivos, tendo o reconhecimento da necessidade de restrições em determinadas circunstâncias, como a proteção de dados pessoais, segurança nacional e sigilo administrativo. Nesse contexto, uma sequência discursiva aponta que

os Princípios reconhecem que há documentos que devem ser removidos do acesso público por um período de tempo. O modo como essa remoção é administrada é frequentemente controverso, seja em relação aos produtores

dos documentos, seja com o público em geral (Conselho Internacional de Arquivos, 2014, p. 4).

Esse trecho reforça a dualidade entre transparência e confidencialidade na gestão de documentos, destacando a responsabilidade dos arquivistas na mediação desse equilíbrio.

Outro aspecto abordado é a temporalidade das restrições. O documento orienta que as limitações de acesso não devem ser permanentes e devem ser revisadas periodicamente para garantir sua continuidade apenas quando estritamente necessário. Uma sequência discursiva representativa dessa diretriz afirma que os "Arquivistas reveem periodicamente os documentos restritos para determinar se quaisquer itens podem ser liberados." (Conselho Internacional de Arquivos, 2014, p. 17). Esse ponto reforça a necessidade de evitar restrições indefinidas, garantindo que, ao longo do tempo, a informação possa ser disponibilizada ao público.

O papel dos arquivistas na promoção do acesso é novamente enfatizado no documento, recomendando que profissionais da área adotem estratégias para facilitar a consulta aos acervos, mesmo diante de restrições. Assim, uma sequência discursiva destacada aponta que "As restrições de acesso precisam ser discutidas e acordadas entre a instituição arquivística e a organização ou pessoa transferidora antes ou no momento que os documentos forem transferidos, e devem ser as mais específicas e mínimas possíveis." (Conselho Internacional de Arquivos, 2014, p. 09). Essa orientação reforça o compromisso dos arquivistas com a mediação entre o sigilo institucional e o direito à informação. As restrições documentais não podem ser utilizadas como forma de exclusão ou silenciamento de determinados grupos sociais. Esse princípio reforça a função social dos arquivos como instrumentos de justiça e reparação histórica.

#### **4.3 ISAD(G) e a Descrição Arquivística (2001)**

A Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística (ISAD(G)), desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos e publicada em 2001, estabeleceu diretrizes padronizadas para a descrição de documentos arquivísticos. Seu principal objetivo é garantir a interoperabilidade entre diferentes sistemas e facilitar a recuperação da informação pelos usuários. A norma contribui significativamente para a organização dos acervos, assegurando que os registros sejam descritos de maneira estruturada, permitindo maior acessibilidade e transparência.

A ISAD(G) orienta a padronização da descrição arquivística, promovendo a coerência e a consistência na organização da informação. Nesse sentido, uma sequência discursiva fundamental destaca que

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados (Conselho Internacional de Arquivos, 2001, p. 11).

Esse trecho reforça a função da norma como ferramenta essencial para a disponibilização da informação arquivística.

A normalização da descrição arquivística também desempenha um papel relevante na construção da memória social. A uniformização dos metadados e a adoção de diretrizes compartilhadas permitem que as instituições arquivísticas interajam de maneira mais eficiente. Em uma sequência discursiva representativa, o documento afirma que

Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo (Conselho Internacional de Arquivos, 2001, p. 11).

Essa diretriz evidencia o impacto positivo da ISAD(G) na promoção do acesso à informação.

Além de garantir a organização dos acervos, a norma enfatiza a transparência e a necessidade de equilibrar o acesso com restrições impostas por legislações nacionais e políticas institucionais. Uma sequência discursiva relevante aponta que

Elementos de informação específicos sobre documentos de arquivo são registrados em cada fase de sua gestão (por exemplo, criação, avaliação, registro de entrada, conservação, arranjo) se tais documentos devem, por um lado, ser preservados e controlados com segurança e, por outro, ser acessíveis no tempo oportuno a todos que tenham o direito de consultá-los (Conselho Internacional de Arquivos, 2001, p. 11).

Dessa forma, a ISAD (G) atua como um instrumento que possibilita o acesso sem comprometer a segurança de informações sensíveis.



Outro aspecto fundamental abordado na norma é a importância da contextualização dos documentos. O contexto de criação e utilização dos registros devem ser descritos para que os pesquisadores compreendam a relação entre os documentos e sua função original. Em uma sequência discursiva significativa, destaca-se que “A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo abrange todo elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido.” (Conselho Internacional de Arquivos, 2001, p. 11). Esse princípio reforça a necessidade de uma abordagem descritiva que vá além do registro documental isolado, integrando-o a um quadro mais amplo de significado histórico e institucional.

A ISAD(G) também estabelece diretrizes para assegurar que os documentos arquivísticos sejam recuperáveis de maneira eficiente, atendendo a diversas finalidades, desde a pesquisa histórica até a gestão administrativa. Nesse sentido, uma sequência discursiva relevante aponta que “a descrição deve assegurar que os documentos sejam recuperáveis de forma eficiente para diferentes finalidades, incluindo pesquisa histórica, gestão administrativa e defesa de direitos” (Conselho Internacional de Arquivos, 2001, p. 15). Essa diretriz reafirma a importância dos arquivos como espaços dinâmicos de preservação e acesso à informação.

#### **4.4 ISAAR (CPF) e a Construção de Registros de Autoridade (2004)**

A Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)), publicada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2004, tem como principal objetivo padronizar a descrição de entidades responsáveis pela produção de documentos arquivísticos. Ao estabelecer diretrizes para a criação de registros de autoridade, essa norma permite uma melhor contextualização da informação documental, garantindo a interoperabilidade entre instituições arquivísticas e promovendo maior acessibilidade aos acervos.

A ISAAR(CPF) busca assegurar a coerência na representação de entidades coletivas, pessoas e famílias nos registros arquivísticos, possibilitando a vinculação entre documentos e seus produtores. Nesse sentido, uma sequência discursiva fundamental destaca que

A descrição de produtores de documentos é uma atividade essencial dos arquivistas, independente do fato de as descrições serem mantidas em sistemas manuais ou automáticos. Isto requer plena documentação e contínua manutenção do contexto de produção e uso dos documentos, principalmente a proveniência dos arquivos e documentos (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, p. 11).

Esse princípio enfatiza a necessidade de contextualização na descrição arquivística, garantindo que os usuários compreendam o papel dos agentes produtores dos documentos.

A padronização proposta pela norma contribui para a melhoria dos processos de organização e recuperação da informação arquivística, permitindo que registros de diferentes instituições sejam conectados de maneira estruturada. Em uma sequência discursiva representativa, a ISAAR (CPF) afirma que

Existem muitas razões para apreender e manter separadamente este tipo de informação contextual, que é um componente fundamental da descrição arquivística. A prática possibilita a associação de descrições de produtores de documentos e informação contextual a descrições de documentos de mesmo(s) produtor(es), que podem ser mantidos por mais de uma instituição, e a descrições de outros recursos, como materiais de biblioteca e de museus que se relacionam à entidade em questão. Tais associações melhoram as práticas de gestão de documentos e facilitam a pesquisa (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, p. 11).

Essa diretriz ressalta a importância da interconexão entre os registros arquivísticos e seus respectivos produtores.

Outro aspecto essencial abordado na norma refere-se à consistência das descrições e à transparência no acesso às informações. A ISAAR(CPF) estabelece que as descrições de autoridade devem seguir princípios que assegurem a clareza e a padronização dos dados apresentados. Dessa forma, uma sequência discursiva relevante aponta que

Esta norma pretende apoiar o compartilhamento de registros de autoridade arquivística ao promover a preparação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas de entidades coletivas, pessoas e famílias que produzem documentos (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, p. 28).

Essa orientação reforça a necessidade de uniformização na descrição arquivística, evitando discrepâncias.

Além disso, a norma enfatiza a importância da interoperabilidade e da colaboração entre instituições arquivísticas, permitindo a construção de um sistema integrado de informações sobre produtores documentais. Nesse contexto, uma sequência discursiva relevante destaca que:

Portanto, o objetivo primordial desta norma é fornecer regras gerais para a normalização de descrições arquivísticas de produtores de documentos e do contexto da produção de documentos, possibilitando assim:

- o acesso a arquivos e documentos baseado no fornecimento de descrições do contexto da produção dos documentos associadas a descrições desses mesmos documentos, com frequência diversos e fisicamente dispersos;

- aos usuários a compreensão do contexto subjacente à produção e ao uso dos arquivos e documentos, de forma que possam melhor interpretar seus sentidos e significados;

- a identificação precisa dos produtores de documentos, incorporando descrições dos relacionamentos entre diferentes entidades, especialmente documentando a mudança administrativa em entidades coletivas ou mudanças pessoais de circunstâncias em indivíduos e famílias; (Conselho Internacional de Arquivos, 2004, p. 12). Esse princípio demonstra o papel central da ISAAR(CPF) na promoção do compartilhamento de dados e na ampliação do acesso aos acervos arquivísticos.

#### **4.5 ISDIAH e a Descrição das Instituições Arquivísticas (2008)**

A Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH), publicada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2008, estabelece diretrizes para a padronização da descrição de instituições arquivísticas. Seu objetivo principal é garantir que usuários e pesquisadores tenham acesso a informações detalhadas sobre as entidades responsáveis pela guarda e preservação de documentos, promovendo a transparência e a acessibilidade da informação arquivística.

A ISDIAH orienta que a descrição das instituições arquivísticas deve fornecer um contexto claro sobre sua estrutura, funções e responsabilidades, permitindo uma melhor compreensão de seu papel na construção da memória social. Nesse sentido, uma sequência discursiva fundamental afirma que

Esta norma apresenta regras gerais para a normalização de descrições de instituições com acervos arquivísticos, permitindo assim: - o fornecimento de orientação prática na identificação e contato com instituições com acervos arquivísticos e no acesso ao acervo e aos serviços disponíveis; - a elaboração de diretórios de instituições com acervo arquivístico e/ou listas de autoridade; - o estabelecimento de conexões com listas de autoridade de bibliotecas e museus e/ou o desenvolvimento de diretórios comuns de instituições de patrimônio cultural nos níveis regional, nacional e internacional; e - a produção de estatísticas de instituições com acervo arquivístico, nos níveis regional, nacional ou internacional (Conselho Internacional de Arquivos, 2008a, p. 11).

Esse princípio reforça a importância da contextualização, garantindo que a informação esteja acessível de maneira estruturada.

A norma também destaca a necessidade de estabelecer políticas definindo critérios objetivos para a aquisição e preservação dos acervos. Em uma sequência discursiva representativa, a ISDIAH aponta que “O principal objetivo da norma é facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja guardar arquivos e torná-los disponíveis para o público em geral.” (Conselho Internacional de Arquivos, 2008a, p. 11). Esse direcionamento assegura que os processos arquivísticos sejam conduzidos com coerência e de forma alinhada às necessidades da memória institucional.

Outro aspecto essencial abordado na norma refere-se à transparência institucional e à ampla divulgação de informações sobre a estrutura e os serviços oferecidos pelas instituições arquivísticas. Uma sequência discursiva relevante destaca que “Descrições de instituições com acervo arquivístico são criadas primordialmente para fornecer dados sobre os custodiadores de materiais arquivísticos e dar a informação necessária para acesso aos documentos” (Conselho Internacional de Arquivos, 2008a, p. 41). Dessa forma, a ISDIAH enfatiza o papel dos arquivos na democratização do acesso à informação, permitindo que diferentes públicos possam usufruir desses recursos.

Além da descrição organizacional, a ISDIAH também reforça a importância da interconexão entre instituições arquivísticas, possibilitando o compartilhamento e a integração de informações. Uma sequência discursiva representativa afirma que “Esta norma dispõe somente acerca de algumas das condições necessárias para apoiar o intercâmbio de informação sobre instituições com acervo arquivístico.” (Conselho Internacional de Arquivos, 2008a, p. 15). Esse princípio ressalta a necessidade de garantir que os documentos arquivísticos sejam compreendidos dentro do contexto das instituições que os gerenciam.

Por fim, a norma destaca a importância de garantir a acessibilidade e a equidade no acesso aos arquivos, promovendo a inclusão de diferentes públicos no uso das informações arquivísticas. Em uma sequência discursiva significativa, destaca-se que “a divulgação das instituições arquivísticas deve ser feita de maneira acessível e inclusiva, garantindo que diferentes públicos possam utilizar seus serviços” (Conselho Internacional de Arquivos, 2008a, p. 30). Essa diretriz evidencia o compromisso da ISDIAH com a ampliação do acesso à informação e com a valorização da diversidade de usuários dos arquivos.

#### 4.5.1 ISDF e a Relação entre Funções e Documentos Arquivísticos (2008)

A Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF), publicada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2008, estabelece diretrizes para a descrição das funções desempenhadas por entidades responsáveis pela produção e gestão de documentos arquivísticos. Seu objetivo principal é garantir a padronização na identificação e contextualização das atividades institucionais, facilitando a relação entre documentos e suas funções administrativas. Dessa forma, a ISDF fortalece a transparência na gestão de documentos e aprimora a acessibilidade dos registros arquivísticos.

A norma destaca que a descrição funcional é essencial para assegurar que os documentos arquivísticos sejam compreendidos no contexto de sua produção e uso. Uma sequência discursiva relevante enfatiza que “a descrição de funções exerce um papel vital na explicação da proveniência de documentos. As descrições de funções podem ajudar a situar os documentos com mais segurança no contexto de sua produção e uso” (Conselho Internacional de Arquivos, 2008b, p. 11). Esse princípio reforça a necessidade de vincular os registros aos processos institucionais que lhes deram origem, garantindo maior coerência na organização documental.

Além disso, a ISDF propõe a separação entre a descrição das funções e a dos documentos, permitindo uma estruturação mais eficiente da informação arquivística. Nesse sentido, uma sequência discursiva significativa destaca que “a guarda da informação sobre funções separada das descrições dos documentos e dos registros de autoridade significa menos repetição de informação e permite a construção de sistemas flexíveis de descrição arquivística” (Conselho Internacional de Arquivos, 2008b, p. 11). Esse direcionamento favorece a interoperabilidade entre diferentes sistemas arquivísticos e a gestão integrada de acervos documentais.

Outro aspecto essencial abordado na ISDF é a estabilidade das funções ao longo do tempo, independentemente das mudanças estruturais nas instituições responsáveis pelos documentos. Uma sequência discursiva representativa ressalta que

as relações entre os documentos arquivísticos e as entidades coletivas podem flutuar ao longo do tempo em razão das mudanças da estrutura administrativa e organizacional de uma entidade coletiva, mas as relações entre os documentos e as funções permanecem constantes (Conselho Internacional de Arquivos, 2008b, p. 29).

Esse princípio demonstra a importância da descrição funcional na manutenção da continuidade e da coerência informacional.

Além da contextualização histórica, a ISDF enfatiza que a transparência arquivística depende da correta identificação das funções documentais. Uma sequência discursiva relevante aponta que “a definição precisa das funções facilita a recuperação da informação e contribui para a accountability das instituições produtoras de documentos” (Conselho Internacional de Arquivos, 2008b, p. 14). Essa diretriz reforça o papel dos arquivos como instrumentos de controle social e acesso à informação pública.

**Quadro 2-** Relação entre discursos do CIA e memória social.

<b>Documento</b>	<b>Caracterização</b>
<b>ISAD(G)</b> – Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística (2001)	Define diretrizes para a descrição arquivística, assegurando a organização e acessibilidade dos documentos de arquivo. No entanto, a padronização pode impor limites à diversidade narrativa, favorecendo determinadas lógicas organizacionais em detrimento de abordagens mais inclusivas.
<b>ISAAR(CPF)</b> – Norma Internacional sobre Registros de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (2004)	Padroniza registros de autoridade para entidades coletivas, garantindo a acessibilidade das informações sobre produtores de arquivos. Contudo, a formalização excessiva pode excluir narrativas marginalizadas, devendo equilibrar normatização técnica e inclusividade na memória social.
<b>ISDIAH</b> – Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (2008)	Visa padronizar a descrição de instituições arquivísticas. Sua eficácia depende de políticas públicas que garantam a existência de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos.
<b>ISDF</b> – Norma Internacional para Descrição de Funções (2008)	A organização e padronização das funções arquivísticas impactam a construção da memória social, definindo quais informações institucionais serão divulgadas. A normatização pode influenciar a hegemonia de certas narrativas e marginalização de outras.
<b>Princípios de Acesso aos Arquivos</b> (2012)	Destaca a importância do acesso à informação arquivística para a transparência e construção da memória coletiva. A memória social depende do acesso equitativo aos arquivos para garantir a representação de múltiplas narrativas. A gestão arquivística torna-se um ato político, influenciando a interpretação do passado.
<b>Princípios de Acesso aos Arquivos com Restrições</b> (2014)	Evidencia a tensão entre o direito à informação e o sigilo. Ao equilibrar transparência e confidencialidade, a norma influencia a formação da memória coletiva, pois define quais informações serão acessíveis e quais permanecerão restritas.

Fonte: elaborado pelos autores

Dessa maneira, os discursos institucionais do CIA revelam a interseção entre arquivos, memória social e acesso à informação. As diretrizes analisadas não apenas estruturam as práticas arquivísticas, mas também moldam as possibilidades de construção das narrativas históricas. A partir dos princípios de acesso, descrição e organização dos arquivos, evidencia-se o papel central dos arquivistas como mediadores entre os documentos de arquivo e a sociedade, garantindo tanto a preservação dos registros quanto sua acessibilidade.

## 5 Considerações finais

Os discursos institucionais do CIA desempenham um papel central na formulação de diretrizes que orientam a gestão, preservação e acesso aos arquivos em nível global. A partir da análise dessas normativas, verificou-se que as práticas arquivísticas não são neutras, mas atravessadas por valores, ideologias e disputas em torno da memória social. Ao estabelecer padrões e recomendações, o CIA influencia diretamente a maneira como os documentos são organizados, acessados e, conseqüentemente, como determinadas narrativas históricas são legitimadas ou marginalizadas.

A partir da perspectiva da memória social e da Análise do Discurso de linha francesa, compreendeu-se que os arquivos não são apenas repositórios de documentos, mas espaços de construção e disputa de sentidos sobre o passado. Os princípios de acesso e descrição arquivística analisados evidenciam tanto um compromisso com a democratização da informação quanto desafios para sua implementação efetiva, especialmente em contextos políticos, institucionais e tecnológicos diversos. O equilíbrio entre transparência e restrição de acesso, por exemplo, permanece um tema central, demandando constante revisão crítica das políticas arquivísticas.

Além disso, a análise dos documentos institucionais do CIA revelou a necessidade de um olhar atento sobre a atuação dos arquivistas enquanto mediadores da memória coletiva. A responsabilidade profissional desses agentes vai além da organização técnica dos acervos, abrangendo também o compromisso ético com a acessibilidade, a justiça social e a participação cidadã. Assim, torna-se fundamental refletir sobre como as normativas podem ser aplicadas de maneira a garantir não apenas a preservação da documentação, mas também seu uso significativo por diferentes grupos sociais.

A continuidade dessa reflexão passa pela ampliação das discussões sobre políticas de preservação e acesso, bem como pelo fortalecimento da participação social na definição das práticas arquivísticas. Dessa forma, os arquivos podem consolidar-se como agentes ativos na construção de um futuro mais democrático e inclusivo.

## Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 2.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. São Paulo: UNICAMP, 2021.

Memória e Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 81-105, jan./jun. 2025

BELLOTTTO, Heloísa L.; CAMARGO, Ana Maria de A. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB-Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Norma geral internacional de descrição arquivística – ISAD(G)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Norma internacional sobre registros de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias – ISAAR (CPF)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico – ISDIAH*. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008a.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Norma internacional para descrição de funções – ISDF*. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008b.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Princípios de acesso aos arquivos*. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Princípios de acesso aos arquivos: orientação técnica para gestão de arquivos com restrições*. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. (Publicações Técnicas; 58).

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco Ramos de; GONDAR, Jô. *Por que memória Social?* Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.



HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, T.; MCNEIL, H. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2017. p. 237-259.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LE GOFF, Jacques. *Memória e história*. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1996.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, E. P. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO. [S.l.]: [s.n.], 2003. p. 8-18.

ORLANDI, E. P. Práticas sociais de fabricação da memória. *RUA*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 511-527, 2020.

ORRICO, E. G. D. Memória em desalinho. In: DODEBEI, V.; FARIAS, F. R.; GONDAR, J. *Por que Memória Social?* 15. ed. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. v. 9. p. 85-98.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Volumes Históricos*, v. 5 n. 10, 1992

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: [s. n.], 2007.

THIESEN, Icléia. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.